



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE 2.208 (DUAS MIL, DUZENTAS E OITO) UNIDADES DE KIT LANCHE para atender aos estudantes participantes dos projetos de cidadania da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência. Cada kit, que deverá ser acondicionado em uma caixa ou saco plástico, será composto por:

1.1.1. 01 (uma) unidade de guardanapo de tamanho pequeno (como por exemplo, 24 cm x 20 cm ou medidas aproximadas) em embalagem plástica transparente, fechada;

1.1.2. 01 (um) pacote de Batata Chips lisa sabor clássico/tradicional (peso entre 40g a 50g), podendo ser similar ou de melhor qualidade ou compatível com as marcas Mactost, Mr. Crum's, Mega Chips, Elma Chips, Qualitá, Wanflo, Yoki, Ruffles;

1.1.3. 01 (uma) unidade de suco industrializado, em temperatura ambiente, acondicionado em embalagem Tetra Pak, com concentração de, no mínimo, 10% de polpa (150 ml a 200ml), de sabores variados (uva, maçã, maracujá, laranja, pêssego, abacaxi), podendo ser similar ou de melhor qualidade compatível com as marcas Del Valle, Sufresh, Izzy, Camp, Mais+, Tial, Valle Kapo, Do Bem, Socôco, Suralan;

1.1.4. 01 (um) pacote de Biscoito Wafer, sabor artificial de chocolate (peso 110g), embalado individualmente, podendo ser similar ou de melhor qualidade ou compatível com as marcas Isabela, Bauducco, Piraquê, Visconti.

1.2. Valor máximo aceitável para a contratação: O valor máximo total aceitável para a contratação é de R\$ 43.563,84 (quarenta e três mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos), sendo o valor máximo unitário aceitável para cada kit, de R\$ 19,73 (dezenove reais e setenta e três centavos).

1.3. Código SIASG: 3697.

1.4. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e Resolução TSE nº 23.702/2022.

1.6. O local de entrega dos materiais será a Escola de Cidadania Política Desembargador Oto Sponholz, sede do Fórum Eleitoral de Curitiba, na Rua João Parolin, 55, Curitiba/PR. O horário de entrega será das 12h às 18h, em dias úteis, mediante agendamento prévio com o gestor do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

1.7. Natureza do objeto: A natureza do objeto é a aquisição de bens. O fornecimento será caracterizado como contínuo, para atender a uma necessidade permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná durante a realização do projeto "Por Dentro da Justiça Eleitoral".

1.8. Prazo de entrega do objeto: A entrega do objeto deverá ser efetuada de forma parcelada, conforme prévia especificação pela Seção de Educação para a Cidadania Política (SECP). Serão sempre fornecidos dia e horário para a entrega, os quais serão informados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. A contratada deverá garantir o fornecimento mínimo de 210 (duzentos e dez) kits por mês, observadas as quantidades estabelecidas no contrato e a programação definida pela SECP.

1.9. Do contrato e prazo de vigência: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de adquirir kits de lanche para os estudantes de escolas públicas e privadas que participam semanalmente das atividades do projeto "Por Dentro da Justiça Eleitoral", promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Paraná.

2.2. O fornecimento dos lanches é fundamental para o bom andamento das visitas, pois contribui para a otimização do tempo e aproveitamento dos alunos, além de promover um momento de integração que favorece a troca de ideias e ajuda a controlar a ansiedade dos estudantes em um ambiente novo.

2.3. Ademais, as atividades ocorrem no mesmo horário do lanche escolar e, sem o fornecimento do kit pelo Tribunal, os estudantes ficariam sem acesso à refeição, uma vez que, no retorno à escola, o lanche já teria sido recolhido.

2.4. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não possui estrutura interna para montar e fornecer alimentos processados em porções individuais, o que torna indispensável a contratação de empresa especializada para o serviço.

2.5. A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2026, especificamente ao Objetivo Estratégico "Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade" e à Iniciativa 1.2 de "Ampliar ações para a educação cidadã".

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1. A solução consiste no fornecimento contínuo de kits de lanche, montados e entregues prontos para consumo, destinados aos participantes dos projetos de cidadania da Escola Judiciária Eleitoral. A solução deve contemplar todo o ciclo de vida do objeto, conforme detalhado a seguir.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

3.2. Ciclo de Vida do Objeto:

3.2.1. **Produção:** Os produtos que compõem o kit devem ser de primeira qualidade, de marcas consolidadas no mercado e estar em conformidade com as normas da ANVISA, com prazo de validade adequado para consumo. As embalagens individuais devem ser, preferencialmente, de material reciclável e com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, facilitando ao mesmo tempo a sua destinação final.

3.2.2. **Condições da Entrega:** A entrega será realizada pela CONTRATADA no local estipulado, em condições adequadas de higiene e acondicionamento para garantir a integridade e a qualidade dos produtos até o momento do consumo.

3.2.3. **Uso:** Os kits serão distribuídos para consumo imediato aos estudantes durante as visitas guiadas, gerando como resíduo primário as embalagens dos produtos.

3.2.4. **Destinação Final e Impactos Ambientais:** O principal impacto ambiental da contratação é a geração de resíduos sólidos (embalagens plásticas, Tetra Pak e guardanapos). Como medida mitigadora e em alinhamento com o Plano de Logística Sustentável, o TRE-PR promoverá a separação desses resíduos. A CONTRATADA deverá utilizar embalagens que facilitem a reciclagem e o descarte seletivo. Os resíduos recicláveis gerados serão destinados ao programa de Coleta Seletiva Cidadã, em conformidade com o Decreto nº 10.936/2022.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Das obrigações da Contratada:

4.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local de entrega constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o objeto que apresentar avarias ou defeitos detectados em qualquer dos atos de recebimento.

4.1.4. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos produtos adquiridos, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.

4.1.5. Respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-PR.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

4.1.6. Os produtos deverão ser novos e estarem de acordo com as condições do Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.

4.1.7. Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.

4.1.8. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições exigidas para a habilitação.

4.1.9. Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.

4.2. Das obrigações da Contratante:

4.2.1. Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do TRE/Fórum para a entrega ou execução do contrato.

4.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora.

4.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos.

4.2.4. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos produtos entregues com as especificações constantes no presente Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

4.2.5. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

4.2.6. Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto.

4.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da comissão/servidor especialmente designado.

4.2.8. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.

4.2.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

5.1. Sustentabilidade ambiental: Em conformidade com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e a legislação vigente, a presente contratação observará os seguintes critérios de sustentabilidade:

5.1.1. Embalagens: Os produtos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis, de forma a garantir a proteção do alimento e, ao mesmo tempo, facilitar a sua destinação para a reciclagem e reduzir a geração de resíduos.

5.1.2. Produtos: Todos os gêneros alimentícios que compõem o kit deverão obedecer às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente no que tange ao registro (quando obrigatório), rotulagem e acondicionamento, garantindo a segurança para o consumo.

5.1.3. Logística Reversa e Destinação Final: O principal impacto ambiental da contratação é a geração de resíduos sólidos (embalagens). Como medida mitigadora, a Contratante (TRE-PR) se responsabilizará pela separação e destinação dos resíduos recicláveis gerados para o programa de Coleta Seletiva Cidadã, conforme o Decreto nº 10.936/2022, fechando o ciclo de vida do objeto de forma ambientalmente adequada.

5.2. Indicação de marca: São indicadas as seguintes marcas como referência de qualidade, sendo permitida a oferta de produtos de outras marcas, desde que de qualidade "equivalente", "similar", ou "de melhor qualidade", em conformidade com o art. 41, I, "d", da Lei nº 14.133/2021:

5.2.1. Batata Chips: Mactost, Mr. Crum's, Mega Chips, Elma Chips, Qualitá, Wanflo, Yoki, Ruffles.

5.2.2. Suco: Del Valle, Sufresh, Izzy, Camp, Mais+, Tial, Valle Kapo, Do Bem, Socôco, Suralan.

5.2.3. Biscoito Wafer: Isabela, Bauducco, Piraquê, Visconti.

5.3. Subcontratação: A subcontratação do objeto não será permitida.

5.4. Participação de pessoa física: Não será permitida a participação de pessoa física, visto que a contratação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte. A pessoa física, ressalvado o agricultor familiar, não é equiparada a ME/EPP.

5.5. Participação de consórcio: Não será autorizada a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG/TRE-PR nº 591/2022.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

6.1. Condições de entrega: As entregas deverão ser realizadas de forma parcelada, mediante agendamento prévio com o gestor do contrato, formalizado via e-mail fornecido pela contratada, conforme a demanda das atividades da Escola Judiciária Eleitoral.

6.2. Do recebimento provisório: Os produtos serão recebidos de forma sumária, pelo setor demandante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.3. Do recebimento definitivo: Os kits de lanche serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo setor demandante, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.4. Dos produtos rejeitados: Os kits de lanche poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4.1. A não retirada dos produtos rejeitados no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.

6.4.2. O produto referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com a Ordem de Serviço TRE-PR nº 03/2016, que estabelece procedimentos relativos ao desfazimento de materiais inservíveis no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

6.5. Garantia do produto: O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.6. Forma de pagamento: O pagamento será processado a cada entrega, após o recebimento definitivo.

6.6.1. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o seguinte e-mail: secp@tre-pr.jus.br.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

7.3. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para tal fim, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.5. O gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, no que couber, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

7.7. O gestor da contratação comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.8. O gestor da contratação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do fim de vigência do instrumento contratual, deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.9. O relatório final deverá ser anexado no processo da contratação e encaminhado para a Coordenadoria e Secretaria demandantes para ciência e eventuais providências necessárias.

8. PROTEÇÃO DE DADOS

8.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018.

8.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste Termo, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

8.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Esclarecimentos e informações adicionais sobre este Termo de Referência poderão ser obtidos na Seção de Educação para a Cidadania Política, por meio do telefone 41-3330-8637 ou do e-mail secp@tre-pr.jus.br.